

**Cultura Política e Construção dos Espaços:
Práticas do território urbano em Natal - RN (década 1960)**

Wesley Garcia Ribeiro Silva *

Resumo: Nos anos de 1960, ocorria na Cidade do Natal um dinâmico processo de crescimento urbano, com o surgimento de novos espaços se constituindo ao redor dos núcleos de ocupação originários. Com grandes problemas de infra-estrutura, tais locais eram motivos de várias reportagens dos jornais da época, que noticiavam, por exemplo, a falta de abastecimento de água e de energia elétrica, além da violência que desolavam os chamados “bairros primos pobres da cidade”. Por outro lado, os periódicos, seja numa linha crítica, irônica ou simpática, também destacavam as ações da municipalidade no sentido de se fazer presente nestes espaços, não apenas efetivando obras de melhoramentos urbanos, mas também a partir de visitas e inaugurações com motivos os mais diversos, que se tornam aí cada vez mais constantes. Este trabalho se propõe a refletir sobre tais questões, compreendendo as ações da municipalidade, num sentido simbólico, enquanto práticas de produção do território; elementos estratégicos construídos a partir de relações de força que buscavam legitimar não apenas a integração dos novos espaços à urbanidade, mas também seu próprio poder sobre estes. Pretende-se aqui, portanto, uma análise da cultura política em relação à configuração e legitimação dos espaços urbanos.

Palavras-Chave: Espaço Urbano; Cultura Política; Produção do território.

Abstract: In the 60's, a dynamic process of urban growth occurred in the city of Natal, with the emergence of new sites around the original occupation nuclei. Due to impressive infrastructure problems, these sites were subjects of several reports in the newspapers of the time, which reported, for example, the lack of water and electricity supply, as well as the violence that afflicted the “poor neighborhood” of the city. Furthermore, the journals, in a critical, ironic or sympathetic line, also highlighted the actions of the municipality in order to make it present in these places, performing works on urban improvement as well as visits and inaugurations of several purposes, which became more and more constant. This study aims to reflect about those questions, trying to understand the municipality's actions, in a symbolic sense, as techniques of territory producing; strategic elements constructed whereof force relations which aimed to justify the integration of new places to urbanity, as well as its own power above them. Thus, we intend to analyze the politic culture regarding to the configuration and validation of urban spaces.

Keywords: Urban space; politic culture; territory producing.

A década de 1960 se insurge como um tempo de grandes transformações para Cidade do Natal: dinâmico crescimento demográfico e fundiário; inserção de elementos estruturantes como a criação da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) e da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN) responsável pela vinda

* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRN.

da energia trazida a partir de Paulo Afonso; bem como, da inserção de novas práticas políticas, que se apresentam um componente diferencial em relação a política com características oligárquicas que se colocava anteriormente.

Essa nova experiência proporcionada pelo crescimento desordenado pelo qual a cidade passava, fazia acentuar também os graves problemas urbanos, como a falta de abastecimento de água e luz. Mostrava assim, a incapacidade da administração municipal em acompanhar, com ações efetivas, o grau de crescimento que a cidade tomava.

Mas se enganaria quem falasse numa completa ausência das ações da municipalidade em torno das intervenções e melhorias urbanas. O Plano Urbanístico de 1967 – levado a cabo pelo Escritório Serette Engenharia, do qual fazia parte urbanistas renomados do período como Jorge Wilhelm, contratado pela municipalidade especialmente para dotar Natal de um verdadeiro formato urbano, dentro dos padrões de urbanísticos que se assumia na época – é prova disso, mas também, nos aparece como grande projeto de síntese neste sentido. Centrando nossas análises apenas nos dois primeiros anos do governo Agnelo Alves (1966-1967), a partir dos jornais¹, podemos observar como a municipalidade buscava cada vez mais dotar a cidade de instrumentos que possibilitassem sua urbanização.

Não queremos aqui interrogar sobre o caráter positivo ou negativo de tais ações, mas sim seus efeitos, sua lógica, o sentido que conferiam as ações de intervenção urbana.

O contraste entre a “Natal que era” e a “Natal que estava se configurando” com os novos espaços produzidos pelo aumento populacional ficava latente a partir das falas dos jornais da época, que denotavam os rumos “problemáticos” que a cidade tomava. Destacavam também as práticas da municipalidade no sentido de implementar melhorias urbanas, incorporando as novas áreas ao contexto da urbe. São destas práticas do território que este texto se propõe a discutir, tratando das ações da municipalidade que buscavam legitimar não apenas a integração destes novos espaços a urbanidade, bem como seu próprio poder sobre estes.

¹ A análise aqui referente à cultura política e suas relações com o urbano, utiliza como fonte principalmente o Jornal A Ordem, além de outros jornais como os Diários Associados e a Tribuna do Norte, este último pertencente à Família Alves. A escolha de utilizar prioritariamente aqui o Jornal A Ordem deve-se a sua especificidade: apesar de colocar-se notavelmente alinhado ao grupo político de Aluizio Alves (afinal este elegeu o Monsenhor Walfredo Gurgel para o Governo do Estado) o jornal era o período oficial da Igreja Católica no Estado, que além das influências em termos da política que se praticava então, também possuía fortes laços em relação aos movimentos de assistência social da Igreja, que teve uma forte atuação neste período (é importante lembrar que movimentos como a Campanha da Fraternidade e do Serviço de Assistência Urbana – SAUR – iniciaram-se no Rio Grande do Norte, neste mesmo período). Portanto, percebe-se uma linha editorial jornalística que trafega não apenas em destacar as ações da municipalidade, cujo seu apoio é explícito, mas também, em noticiar demandas da parte social da Igreja. Claro, não vislumbramos aqui qualquer relação de neutralidade, mas antes, a oportunidade de observar uma maior variedade de editoriais.

Pretendemos então apontar um caminho de análise para este contexto: o Plano Urbano de 1967 é um ponto final de sistematização e síntese do pensamento sobre o espaço urbano do período, que a partir de uma nova experimentação da espacialidade pretendia apreendê-la, significando-a e dominando-a. Buscamos assim compreender a questão do Plano como uma cartografia implicada como resultante de relações de força, onde um determinado local social, um centro organizado e coerente, elabora uma configuração urbana, não apenas no sentido material, da morfologia urbana, mas esta própria dotada de elementos significantes, formas simbólicas permeadas de lutas de poder e de legitimação, dos grupos e de suas ações e significações; em outros termos uma construção de si para si.

Mecanismos de legitimação: as ações sobre o território

Em fevereiro de 1967, passado cerca de um ano da disputa eleitoral pelo Palácio Felipe Camarão, se configurava uma nova contenda na Cidade do Natal: desta vez para se saber aquele que iria reinar a cidade durante os festejos carnavalescos. O reinado de Momo ganhou ai grande destaque e atenção sendo motivo para que a prefeitura implementasse uma comissão de organização exclusiva para preparar as atividades lúdicas até a quarta-feira de cinzas. O objetivo principal da administração municipal era manter a população na cidade, que já tradicionalmente se dirigia as praias para veraneio, ou para as cidades do interior.

Naquele mês de fevereiro, que completara o 1º ano de mandato do então prefeito Agnelo Alves, o carnaval estava na ordem do dia e toda atenção recaia sobre a questão do policiamento e do percurso do curso, que agora também perpassava por alguns bairros suburbanos da cidade. Naquela manhã de sol que trazia a Rainha do Carnaval, as chaves da cidade fora passada aos cuidados de Momo pelo próprio prefeito no Bairro das Quintas, que era descrito como uma espécie de porta da cidade.

Essa prática da administração pública de se fazer sentir nos bairros suburbanos da cidade, que aumentava dinamicamente em termos fundiários e de população naquela década de 1960, tornava-se cada vez mais corriqueira.

Desde o primeiro ano de governo de 1966 a municipalidade procurava cada vez mais anunciar e comemorar as obras e suas inaugurações que se verificavam em sua grande parte, em termos estruturais, nos bairros mais afastados do núcleo originário da cidade. Na ocasião das comemorações de seu primeiro ano de governo, o prefeito comemorou inaugurações de obras como o serviço de abastecimento de água nos morros de aparecida, Mãe Luiza e Novo Mundo, onde segundo jornais da época, residiam 20 mil pessoas. Um plano viário para cidade, com ruas calçadas a paralelepípedo e melhorias asfálticas e de iluminação era

anunciado, o que proporcionaria um melhor deslocamento entre o centro da cidade (melhorias na Junqueira Aires, Pr. João Maria e Pr. Pinto, I etapa do plano viário) até os bairros do alecrim e das quintas (Av. Mário Negócio, Av. 4 e Coronel Estevão). Além da inauguração de obras como a estação metropolitana de passageiros.

O destaque dos jornais ficava por conta da presença da municipalidade na inauguração de todas as obras, o que possibilitava um contato maior com a população, com os bairros, bem como, com seus problemas distintos. Alguns jornais apontavam mesmo que apesar de tudo, os bairros de Natal não se sentiam esquecidos pelos seus administradores cuja sua presença se fazia sentir nos locais mais problemáticos.

Natal começava novamente a ganhar luz, com a implantação de sistemas modernos de iluminação a vapor de mercúrio, o que “acentuava a beleza e o progresso da cidade”; e numa rua e outra o prefeito e seu vice sempre estavam dispostos a comparecer as comemorações de inauguração.

Grande destaque era dado às ações de abastecimento de água nas favelas de Natal, como em Mãe Luiza. A vila de Igapó, às margens do Rio Potengi, além do bairro das Quintas, também recebia um poço de água com bomba, o que atenderia mais de mil habitantes. Curioso é que outro jornal também noticia a ação de tal obra, mas destacando que apesar da implantação de uma bomba elétrica de sucção de água, esta parte da cidade não tinha um atendimento de energia elétrica efetivo. Outro jornal destaca a inauguração da energia elétrica em Igapó em outubro do ano de 1967, portanto, mais de um ano após a implantação da bomba para sucção de água.

Mas as áreas centrais não eram de modo algum desprivilegiadas de ações urbanas: o prefeito anunciava em 1967 que sua principal meta era a construção de galerias pluviais nos bairros do Tirol e de Petrópolis, o que solucionaria os problemas de formação de lagos e crateras.

Não apenas a municipalidade sentia a necessidade de fazer-se mais presente nos bairros com crescimento mais recente. A própria Igreja Católica também ampliava seu número de paróquias nestes bairros. Só em 1967 duas novas paróquias eram criadas aí, atendendo os anseios espirituais da população dos bairros das Quintas, Dix-sept Rosado e do novíssimo bairro da Cidade da Esperança.

O Plano Urbanístico de 1967 era destacado nas páginas dos jornais da época como mecanismo oportuno para normalização dos problemas da cidade. Se as falas contidas nos jornais, num primeiro momento nos aparece como divergentes em relação se as obras

efetivadas pela municipalidade foram eficazes ou não, o que importa é verificar que o Estado é cada vez mais requisitado enquanto instituição capaz de resolver os problemas citadinos.

As falas em torno das inaugurações, das obras da municipalidade nos leva a suscitar a idéia de constituição de legitimidade por parte do Estado em atuar nos novos bairros; como espécie de produtores de homogeneização e autoridade sobre tais espaços. Em outra frente, caberia ao Estado estabelecer determinadas concessões, em termos de melhorias urbanas. Portanto, mecanismos de legitimação que permitia a municipalidade agir no sentido do controle do espaço; estabelecimento de uma legitimidade do Estado que se via fortalecer no plano de seus direitos fundamentais.

Ao mesmo tempo em que se afluíam uma espécie de recusa e crítica a estes mesmo espaços em que o estado cada vez mais pretendia manter sobre controle. Visões construídas em torno de relações de força sobre a espacialidade urbana natalense, que requisitava os elementos de uma antiga Natal em face de uma nova. Nestes termos, o mundo (a cidade) é um texto que é decifrado a partir de agenciamentos e estratégias requisitados comparativamente em termos do passado/ presente; práticas de usos e significações diferenciadas que operam construções de sentidos de uma Natal sim do progresso, mas ao mesmo tempo em que vai ficando cada vez mais feia; estratégias simbólicas que identificam grupos em sua relação com a cidade, com reatualizações dos ermos moderno e progresso, a partir de outra construção em termos de uma legitimidade de efetivação do poder. O Plano Diretor de 1967 coloca-se então ao mesmo tempo como um mecanismo e único e sintético, uma fotografia das relações de força que atuavam sobre o pensamento sobre a cidade, inscrevendo aí um espaço de atuação.

Práticas políticas e produção do território: novos paradigmas

De fato, tendo por base a dinâmica que a cidade do Natal chegava àqueles anos de 1960, não nos parece tão estranho que as práticas políticas tenham também se modificado. Afinal, a administração pública tomava sua iniciativa imanente de organizar, sistematizar, controlar a cidade. Diante da complexidade que caracteriza a cidade, havia, portanto, novas maneiras de se promover a inserção da municipalidade nas novas áreas. Essa inserção se revestia num jogo de poderes, com características de (re)conhecimento duplo, por parte do poder público em relação aos novos espaços, mas também dos novos espaços em relação à municipalidade. Um jogo de poder que produzia a cidade, com a integração dos novos territórios ao âmbito urbano, mesmo que essencialmente num viés de caráter político-administrativo.

Porém, essas novas culturas políticas que acabavam por produzir o reconhecimento e integração dos novos territórios da cidade, também possuíam algumas especificidades próprias, percursos arbitrários, para além de uma mera adequação necessária das práticas políticas a nova realidade urbana. Referimo-nos a própria conjuntura do paradigma político do período, cujas características também se faziam sentir no modo de agir dos políticos em relação à cidade.

Contudo, a compreensão deste percurso de inserção de novas práticas políticas, passa por uma análise e questionamento de como tal elemento foi tradicionalmente destacada pelo regime historiográfico. Nestes termos, uma possível leitura das ações da administração pública nos levaria a apontar nelas determinadas características daquilo que se convencionou se denominar de populismo.

Este seria um fenômeno político que estaria ligado ao aparecimento das massas na cena política, principalmente a partir do crescimento urbano que se desenvolveu no Brasil no período posterior a segunda guerra mundial, no período da chamada exceção democrática brasileira (1945-1964). Nessa situação, líderes populistas, que procuravam construir uma identificação com as camadas populares, mobilizavam as aspirações dos destes, que ansiavam por melhores condições socioeconômicas, numa espécie de manobras manipulativas de interesses².

Porém, como nos aponta os trabalhos de Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira³, o conceito de populismo traz consigo uma carga semântica que acaba por não privilegiar uma abordagem mais consistente do ponto de vista da historiografia atual. Ora, se tomamos este período da história política brasileira apresentando como características principais a atuação de um Estado repressivo e excludente, que a partir de suas ações moldam as mentes e os comportamentos das camadas populares, não há margem para se compreender as ações políticas na década de 1960 em Natal no sentido de configurar e legitimar os espaços da urbanidade. Enquanto relações da municipalidade enquanto práticas sobre o território. Assim, a análise deste período leva em conta a dimensão cultural, privilegiando sim a ação do Estado no sentido de controlar a cidade, mas também vislumbrando que tais ações se inserem enquanto elementos de negociação, apropriação e resistência.

² O mais importante teórico acerca de estudos sobre o populismo refere-se a Francisco Weffort. Veja o clássico: WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

³ Para o debate e crítica acerca dos usos do conceito de populismo na análise da política brasileira a partir da década de 1930 ver, por exemplo: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Propaganda política e aproximação popular: jogos de poder

No ano de 1967, dominava a máquina pública a liderança política de Aluizio Alves, que havia galgado eleitoralmente os nomes de Agnelo Alves, seu irmão, para a Prefeitura Municipal de Natal, e do Monsenhor Walfredo Gurgel, para o Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Desde o início da década de 1960, na campanha para Governador do Estado, Aluizio Alves utilizava práticas novas de aproximação junto ao eleitorado. O recurso propagandístico fora intensamente explorado, com utilização inclusive de jingles musicais, que construíam uma imagem de proximidade e identificação com o grande eleitorado, a “gentinha”.

A prática política de Aluizio Alves se inseria como um componente eminentemente novo, que, num período democrático, e de crescente aumento demográfico e de números de eleitores, necessitava da solicitação ao apoio popular, a identificação entre as camadas menos favorecidas, encarnando as esperanças de tais.

Em um dos jingles de campanha Aluizio Alves exortava a população dos bairros natalense a elegê-lo, citando em sua grande maioria, bairros caracteristicamente de ocupação social de baixa-renda, apresentando-o como verdadeiro candidato identificado com suas causas: “Povo dos bairros de Natal:/ Rocas, Guarita e Alecrim,/ Quintas, Tirol, Lagoa Seca,/ todo natalense enfim.../ Este homem é Aluizio Alves,/ o maior candidato do povo”.

Neste sentido, tais práticas, pautadas num discurso de aproximação e identificação popular, se por um lado podem ser caracterizadas enquanto discurso demagógico e com vieses manipulativos, por outro, cumpria uma nova agenda política, rompendo com as velhas práticas políticas eleitorais, que se baseavam no regime oligárquico.

Portanto, podemos colocar esta nova cultura política dentro de um esboço contratualista entre a nova classe política da cidade e sua nova conjuntura social, de crescente expansão demográfica, especialmente de baixa renda, em que estes últimos ansiavam por verem a si próprios enquanto elementos do discurso político.

Por outro lado, outro componente que também salta aos olhos nessa cultura política da administração pública se refere a um novo paradigma, que também apresenta relações com a prática populista no Rio Grande do Norte: o americanismo.

Naqueles anos 1960 de Guerra Fria, a aproximação entre Estados Unidos da América e Brasil se fazia sentir pela concretização da Aliança para o Progresso, cuja atuação se fez com maior força de recursos no Nordeste do Brasil e em especial no Estado do Rio Grande do Norte. Essa aliança estabelecida resultou na construção da Praça Kennedy, como elemento

simbólico de agradecimento e reverência ao presidente que implementou o projeto e que resultou em recursos financeiros para o estado.

O imperialismo sedutor, em que o governo estadunidense utilizava-se da área da política cultural, como o cinema, para promover uma maior identificação de outros países com o americanismo, também se fez sentir no âmbito das práticas políticas. Ora, não adotou Aluizio Alves de recursos propagandísticos contratando uma empresa de publicidade para assegurar sua imagem política de representante da esperança, fazendo com que seu discurso fosse mais facilmente digerido pela população? Esses recursos a propaganda e a imagem política fora pela primeira vez potencializada durante a Eleição do Presidente estadunidense John Kennedy, explorando as cadeias televisivas. Aluizio Alves constituía para si uma nova prática política eleitoral, em que ambientava os moldes do populismo e o jeito americano de se promover a imagem política, utilizando-se além discursos que emocionavam e empolgavam os eleitores, de recursos propagandísticos e de identificação popular.

Porém, o americanismo, a Aliança para o Progresso, também se fazia sentir em termos de recursos financeiros para o Estado que se transfigurava em iniciativas de melhorias urbanas na capital, como a projeção e construção de um novo bairro para a cidade: a cidade da esperança.

Portanto, pretendemos que as iniciativas de legitimação e integração dos novos territórios na Cidade do Natal apresentaram caracteres de uma nova cultura política que, numa nova realidade eleitoral, precisava se aproximar, mesmo que apenas num sentido discursivo, das camadas populares, onde se relacionaram elementos do populismo com o americanismo.

Neste sentido, uma nova cultura política se inseria na realidade urbana natalense, onde, ao crescimento populacional da cidade se verifica conseqüentemente um novo eleitorado urbano, que necessitava de novas abordagens de aproximação e persuasão.

Referências Bibliográficas:

- ARRAIS, Raimundo. **Recife, culturas e confrontos**. Natal: EDUFRN, 1998.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. 3ª ed. Natal: IHG/RN, 1999.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru: EDUSC, 2002.

PEREIRA, Henrique Alonso Rodrigues. **O homem da esperança: uma experiência populista no RN (1960-66)**. Dissertação de Mestrado. Recife: Departamento de História, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 279-290.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV/ UFRJ, 1996.

REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/DIFEL, 1989.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (org.). **Cidade, povo e nação – gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs). **Para uma história Cultural**. Lisboa: Estampa Editorial, 1998.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.